



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE EM
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

EVERALDO DE MENDONÇA JÚNIOR

ASSOCIATIVISMO E COMERCIALIZAÇÃO: O LEGADO DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA NA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E FRUTICULTORES DE
NOVA FLORESTA-PB

CUITÉ-PB
2017

EVERALDO DE MENDONÇA JÚNIOR

**ASSOCIATIVISMO E COMERCIALIZAÇÃO: O LEGADO DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA NA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E FRUTICULTORES DE
NOVA FLORESTA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. José Justino Filho

CUITÉ – PB
2017



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

M539a Mendonça Júnior, Everaldo de.

Associativismo e comercialização: o legado da economia solidária na associação de agricultores e fruticultores de Nova Floresta – PB. / Everaldo de Mendonça Júnior. – Cuité: CES, 2017.

50 fl.

Monografia (Especialização em educação de jovens e adultos com ênfase em economia solidária) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2017.

Orientador: Dr. José Justino Filho.

1. Economia solidária. 2. Associativismo. 3. Comercialização. I. Título.

Biblioteca do CES - UFCEG

CDU 330.873

EVERALDO DE MENDONÇA JÚNIOR

**ASSOCIATIVISMO E COMERCIALIZAÇÃO: O LEGADO DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E
FRUTICULTORES DE NOVA FLORESTA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Grau de Especialista.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. José Justino Filho (Orientador)
UFCG/CES

Prof.ª Dra. Cláudia Patrícia Fernandes dos Santos (Titular - Interno)
UFCG/CES

Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos (Titular - Interno)
UFCG/CES

CUITÉ - PB
2017

DEDICO

Ao meu saudoso pai Everaldo de Mendonça (Vevé), por ser a fonte de inspiração para a minha vida acadêmica e profissional, por ele ter sido um pai exemplar que me ensinou os mais belos valores, dentre os quais os princípios da ética, da moral e principalmente da honestidade me definem como o ser de hoje, também pela sua incansável luta para que hoje eu pudesse chegar aonde cheguei. Ao meu pai meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço Sinceramente:

A Deus todo poderoso, que em frente as maiores adversidade em minha vida, se mostrou presente, me dando forças para prosseguir.

Ao meu pai Everaldo de Mendonça, por me direcionar a carreira acadêmica, além de contribuir significativamente para minha formação enquanto ser humano íntegro.

A minha família por me alicerçar e contribuir com as bases filosóficas e morais que possuo.

Aos meus professores da especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em economia solidaria, por serem os mediadores na construção do saber intrínseco, e do elo de ligação entre a prática e a teoria.

Ao meu orientador, professor Justino, que aceitou me orientar, confiando na minha capacidade em quanto acadêmico, me proporcionando o acúmulo de novos saberes, que com certeza levarei sempre comigo durante a vida.

Aos meus colegas e amigos da pós graduação de uma maneira geral, que através de socializações, permitiu-me consolidar os conhecimentos acerca da economia solidária.

As minhas amigas da especialização, Gabriela, Jaqueline e Maria de Lourdes, que me apoiaram durante toda a continuidade do curso.

RESUMO

As novas atividades socioeconômicas vêm ganhando espaço frente ao capitalismo financeiro que ainda rege o mundo globalizado, destacando-se que a economia solidária preconiza a essência de cooperativas e associações, sendo, portanto, entendidas como um novo sistema financeiro, haja visto que a economia solidária ao contrário do capitalismo, prioriza o consumo e a distribuição do capital através da valorização do ser humano e não apenas do dinheiro. Sendo assim, o presente trabalho tem o objetivo de identificar como se dar a comercialização dos produtos agrícolas da Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta (AFRUNOF), no âmbito da economia solidária. Além de verificar a comercialização dos produtos pelos agricultores, bem como, compreender as condições sócio econômicas desses associados, averiguar os aspectos democráticos da associação e evidenciar os aspectos sócios culturais dos mesmos. A pesquisa socioeconômica, objeto desse trabalho monográfico, foi realizado na referida associação, localizado no município de Nova Floresta, região do Curimataú, estado da Paraíba, é uma associação civil, sem fins econômicos, de responsabilidades de todos os 33 associados. Os resultados obtidos com esse estudo, demonstram que foi possível identificar como acontece a comercialização dos produtos agrícolas oriundos da associação em questão, no âmbito da economia solidária. Além de que, foi possível compreender as condições sócio econômicas dos associados, bem como, à averiguação dos aspectos democráticos desse grupo, concomitantemente evidenciados, pelos aspectos sócios culturais dos associados. Portanto, as bases filosóficas em economia solidária é de fato observável no grupo estudado, uma vez que, esse estudo corrobora como possível solução mundial para os problemas oriundos do capitalismo financeiro.

Palavras-chave: Economia Solidária; Associativismo; Comercialização;

ABSTRACT

The new socioeconomic activities are gaining space in front of the financial capitalism that still governs the globalized world, emphasizing that the solidarity economy advocates the essence of cooperatives and associations, and is therefore understood as a new financial system, since the solidarity economy unlike capitalism, prioritize the consumption and distribution of capital through the enhancement of the human being and not just the money. Therefore, the present work has the objective of identifying how to give commercialization of the agricultural products of the Association of Farmers and Fruit Growers of New Forest (AFRUNOF), in the scope of solidarity economy. In addition to verifying the commercialization of the products by the farmers, as well as understanding the socio-economic conditions of these associates, to ascertain the democratic aspects of the association and to highlight the cultural partner aspects of the same. The socioeconomic research, object of this monographic work, was carried out in the mentioned association, located in the municipality of New Forest, Curimataú region, state of Paraíba, is a civil association, without economic ends, of responsibilities of all 33 associates. The results obtained with this study show that it was possible to identify how the commercialization of the agricultural products coming from the association in question, in the ambit of the solidarity economy, occurs. In addition, it was possible to understand the socio-economic conditions of the members, as well as to the verification of the democratic aspects of this group, concomitantly evidenced by the associates' cultural aspects. Therefore, the philosophical bases in solidarity economy is indeed observable in the group studied, since, this study corroborates as a possible worldwide solution to the problems coming from financial capitalism.

Keywords: Solidary Economy; Associativism; Commercialization;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reunião dos associados da AFRUNOF	28
Figura 2 – Gênero dos entrevistados	29
Figura 3 – Faixa etária dos entrevistados	30
Figura 4 - Frequência e assiduidade dos entrevistados nas reuniões.....	31
Figura 5 – Participatividade dos entrevistados	32
Figura 6 – Escolaridade dos entrevistados.....	33
Figura 7 – Profissão dos entrevistados	35
Figura 8 - Renda familiar dos entrevistados	37
Figura 9 - Perfil educacional dos entrevistados	38
Figura 10 – Facilidade na comercialização dos produtos	39
Figura 11 – Parcerias comerciais com setor público	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1.O papel histórico da educação de jovens e adultos nos movimentos sociais frente ao capitalismo financeiro.....	13
2.2.A origem do pensamento sobre a economia solidária no Brasil.....	15
2.3.A importância do cooperativismo e associativismo na conjuntura nacional de construção da economia solidaria.	17
2.3.1. Cooperativas.	17
2.3.2. Diferenças entre Associação e Cooperativa.....	18
2.4.A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste.....	20
2.5.AFRUNOF.....	21
2.5.1. A criação da AFRUNOF.....	21
2.5.2. As relações de comercialização da AFRUNOF e suas parceiras comerciais.	22
2.6.A Conab, o PAA e o PNAE.....	23
3. METODOLOGIA	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6. REFERÊNCIAS	44
ANEXOS	49

1 INTRODUÇÃO

É inquestionável que a história dos seres humanos sempre esteve marcada de períodos históricos, que por sua vez é vivenciada por grandes acontecimentos ligados a fatos e transformações na vida ou no modo de viver do homem. Sem se remeter a datas, há de salientar que interações socioeconômicas regem desde os primórdios das civilizações, o modo de vida da maioria das pessoas no planeta, e que ao longo do tempo, importantes transformações ocorreram nas sociedades em todo o mundo.

Como ser social que é, o homem desenvolve os mais variados ofícios, como por exemplo: a caça, a pesca, a pintura, a escrita e a agricultura. É nesse último acontecimento que pode-se observar as primeiras relações comerciais surgirem motivado pelo excedente da produção, e isso fica evidenciado no sistema feudal que se manteve ativo por vários séculos. Avançando cronologicamente na história da humanidade, as relações comerciais se intensificam, influenciando diretamente os aspectos culturais da sociedade moderna, conseqüentemente, é notório o surgimento de um novo sistema que rege a economia e a sociedade de uma maneira geral, processo esse de socialização que comanda até os dias atuais a civilização mundial, ‘o capitalismo financeiro’.

Sistema esse, bastante criticado no passado, e até mesmo nos dias atuais, e que ao longo da história o capitalismo é entendido em consenso por diversos especialistas de áreas da economia como sendo caracterizada pela propriedade privada dos meios de produção, ou seja, trabalhadores assalariados vende sua mão de obra por um preço que pode ser considerado injusto, e em contra partida, os donos do meio de produção, nesse caso os empresários, ao venderem seus produtos que é regido pelo mercado financeiro, baseado na lei da procura e oferta, acabam que por obterem um excedente de capital, que nesse caso chamamos de lucro.

Muitos trabalhadores contrariando o viés do capitalismo, que se recusam vender a sua mão de obra para os donos do meio de produção, por um preço que ao entender destes, não é justo se comparado aos lucros desacerbados dos empresários, podem encontrar uma nova forma de obter seu sustento, através das cooperativas. Segundo a lei 5.764, de 16/12/71, a cooperativa é: “uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados”. (BRASIL, 1971)

Seguindo essa base legal, Cardoso (2014), define uma cooperativa como sendo uma associação autônoma composta por pelo menos vinte pessoas que se unem, de forma voluntária para então satisfazer suas aspirações bem como suas necessidades econômicas,

sociais e culturais comuns, através de um empreendimento que tenha como base filosófica a coletividade e que seja gerido de maneira democrática.

Resumidamente, entende-se como cooperativa uma empresa que presta serviços aos seus cooperados. De forma que se procura melhorar a situação econômica bem como solucionando os problemas além de satisfazer as necessidades e os objetivos comuns de seus integrantes, possibilitando que objetivos específicos comuns a todos sejam cumpridos, por meio de acordos voluntários entre os mesmos. (CARDOSO, 2014).

Um outro artifício que também foge um pouco dessa lógica do sistema capitalista, possibilita que os trabalhadores se organizem em grupos, sem a necessidade de constituir uma cooperativa, nesse caso seria uma 'associação', que é um dos objetos de estudo do presente trabalho. Na associação, observa-se que, assim como as cooperativas, possuem uma legislação que é regulamentada na Constituição Federal (Artigo 5º, XVII A XXI, e artigo 174, §2º) e também no novo Código Civil (Lei nº 10.406/2002, artigos 51 a 63), deve ainda salientar que em alguns estados da federação, podem ter legislações específicas podendo ser adotadas para atender quaisquer especificidades desde que esteja de acordo com a legislação federal. (BRASIL, 1988; BRASIL, 2002)

Uma associação é entendida como qualquer iniciativa informal (sem a necessidade de formalizar documentação da associação via cartório) ou formal que reúna pessoas físicas ou jurídicas com objetivos que também sejam comuns, viabilizando superar as dificuldades gerando consigo benefícios para os seus associados. Portanto é uma forma jurídica para legalização da união de pessoas em torno de seus interesses. Permitindo melhores condições em relação aqueles indivíduos que teriam de maneira isolada para a realização dos seus objetivos. Sendo, portanto, uma forma básica para se organizar juridicamente um grupo de pessoas sejam elas físicas ou jurídicas em prol da realização de seus objetivos comuns. (CARDOSO, 2014).

Seguindo essa linha de pensamento, ao observar que novas atividades socioeconômicas vem ganhando espaço frente ao capitalismo financeiro que ainda rege o mundo globalizado, é importante destacar que a Economia Solidária preconiza a essência dessas cooperativas e associações, sendo portanto entendidas como um novo sistema financeiro, haja visto que a Economia Solidária ao contrário do capitalismo, prioriza o consumo e a distribuição do capital através da valorização do ser humano e não apenas do dinheiro, apresentando sólidas bases filosóficas em que a solidariedade, igualdade, autogestão, comércio justo, cooperação, democracia e respeito à natureza, rege seus princípios

e que surge como possível solução para as principais problemáticas que o sistema capitalista não consegue resolver.

Diante disso, o objeto fruto de interesse do presente trabalho, consiste no estudo sistemático afim de elucidar algumas questões pertinentes a comercialização de uma associação de pequenos agricultores situada no município de Nova Floresta, estado da Paraíba, intitulada Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta – AFRUNOF. Haja visto, que tal associação existe desde 2008, e que não se tem nenhum trabalho literário produzido até então sobre a mesma, e sabendo-se da crescente ascensão da Economia Solidária dentro das cooperativas e associações que vem sendo constituídas em todo o Brasil durante os últimos anos, justifica-se então, compreender as relações comerciais dessa associação, para então, se possível constatar, se os ideais de economia solidária ocorrem de fato no âmbito sócio comercial dos associados.

Portanto, nesse trabalho, tem-se como objetivo geral identificar como se dá a comercialização dos produtos agrícolas da Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta, no âmbito da Economia Solidária. Além do mais, como objetivos específicos, preconiza-se verificar a comercialização dos produtos pelos agricultores. Além de compreender as condições sócio econômicas dos associados da AFRUNOF. Bem como, averiguar os aspectos democráticos da associação. E por fim, evidenciar, os aspectos sócios culturais dos associados.

O trabalho monográfico primará pelo uso de entrevistas informais, observações contínuas e questionários sócio econômico, procurando explicar os questionamentos mediante a análise dos resultados obtidos com essa pesquisa. Resta portanto saber, se realmente a Economia Solidária acontece em sua plenitude, quando seus associados apresentam graus diferentes de estudos, sendo alguns semianalfabetos. Será que acontece de fato a inclusão social desses indivíduos? Nesse sentido, se faz necessário resgatar as origens da economia solidária no Brasil, em especial no Nordeste, além de seus conceitos e aspirações ideológicas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O PAPEL HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS FRENTE AO CAPITALISMO FINANCEIRO

Sabe-se que em pleno século XXI, a economia global ainda é regida pela doutrina capitalista, e que esta ideologia é imposta pelos países economicamente mais desenvolvidos, para as nações que apresentam um potencial econômico inferior em relação aos de grandes potências como Estados Unidos e Europa. É por meio do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional), que é em sua essência, instituições financeiras internacionais, geridas respectivamente por americanos e europeus, que acabam por concedendo empréstimos para os países em desenvolvimento como por exemplo o Brasil, por meio de programas de capital, que conseqüentemente funcionam como uma espécie de ajuda controlada, na qual este mantem um certo controle na economia daquela nação, estabelecendo metas e ditando como deverão ser investidos os recursos financeiros em áreas importantes da gestão pública daquele país, como saúde e educação.

É a partir do término da segunda guerra mundial, que se observa o acirramento da bipolarização no mundo, em decorrência da divisão mundial em dois blocos economicamente distintos, o capitalismo, liderado pelos Estados Unidos (EUA) e o socialismo, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS). Devido à política internacional em busca do poder hegemônico por parte desses grandes blocos econômicos, essa doutrina capitalista intensifica-se na América Latina, ganhando força, a partir da segunda metade do século XX, pela notável presença dos Estados Unidos por meio de políticas e programas de “cooperação” econômica e pela atenção premeditada aos problemas socioeconômicos do continente. (COSTA e GERMANO, 2002).

Observa-se ainda, que na década de 60, diversas nações em todo o mundo, principalmente as pertencentes da América do Sul, subjugadas países de terceiro mundo, pela sua natureza sócio econômica de má distribuição de renda, além de enfrentarem grandes dificuldades econômicas, apresentavam forte simpatização com os ideais socialistas. Entretanto precisava-se fortalecer o regime capitalista que ainda enfrentava duras críticas naquela época, e para isso, erradicar o pensamento socialista disseminado pela Rússia, ao mundo se fazia necessário, isso se concretiza com as quedas dos regimes presidencialistas e ascensão dos golpes militares patrocinados pelos Estados Unidos nos países em crise. Através dos regimes ditatoriais, a repressão torna-se uma prática rotineira, que consolida o capitalismo

nesses países, entretanto as populações sul-americanas em especial, os brasileiros, insatisfeitos com as opressões impostas e as percas dos direitos e liberdade de expressão que essas ditaduras militares impunham, motivaram a intensificação de movimentos e manifestações, muitos deles de cunho intelectual, na tentativa de recuperar a democracia uma vez perdida.

Segundo *Costa e Germano (2002)*, no Brasil, essa transformação política e social é observada por uma colossal intensificação da participação das massas populares durante o período da ditadura militar. Com isso, é perceptível no contexto nacional uma efervescência política, social e cultural de grandes proporções. Nas cidades, a formação e o ganho de forças por parte dos sindicatos que lideravam reivindicações e movimentações sociais nos centros urbanos. Nas zonas rurais, um momento de conscientização política proporciona a formação dos Sindicatos Rurais e também das Ligas Camponesas, movimento de enormes proporções no Nordeste do país. Também encontravam-se nas ruas o movimento estudantil, através de manifestações, protestos e reivindicações sobre transformações sociais, além de questionar, o poder da classe dominante. Essas foram chamadas de Reformas de Base, que implicou em um sentimento de nacionalismo e exaltação à cultura brasileira além de valorização de políticas sociais frente aos interesses dos mais ricos.

No Nordeste do Brasil, esses movimentos da sociedade ganharam força, através de campanhas de educação e cultura popular. Nos estados nordestinos, como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, observam-se movimentos dessa natureza, muito identificados com os ideais de libertação do povo. As forças da esquerda, tendem então a ter uma maior representação política a partir da década de 60, no qual a maior expressão é a posse do presidente João Goulart em 1961. Nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, foram eleitos políticos que compartilhavam desses pensamentos, refletidos nas mobilizações populares, a exemplo de Miguel Arraes governador pernambucano e Djalma Maranhão, prefeito de Natal/RN. (COSTA e GERMANO, 2002).

Sabendo da importância da educação para continuidade dos movimentos sociais, observa-se que a alfabetização de jovens e adultos, nos anos de 1960, foi composta por vários movimentos que tinha por objetivo o acesso à educação e a cultura para a população. Entre esses os principais foram: MEB – Movimento de Educação de Base, MCP – Movimento de Cultura Popular, CPC – Centro Popular de Cultura e CEPLAR – Campanha de Educação Popular. Porém, após o golpe militar em 31 de março de 1964, que teve apoio do Estados Unidos, muitos desses movimentos foram extinguidos por serem considerados comunista,

além de que, alguns de seus membros foram perseguidos e até mesmo exilados. O que provocou um verdadeiro amordaçamento nos movimentos sociais daquela época.

Para tentar coibir esses movimentos, o governo militar instaura um programa educacional no qual os mesmos apresentam um certo controle na educação que era ofertada a população da época. Surgindo então o Movimento Brasil Alfabetizado ou simplesmente MOBRAL.

Porém no Brasil, a censura se institucionaliza desde os anos 30, através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), se intensificando através do Ato Institucional nº. 05, em 1968. Desde a deflagração do golpe em 1964, nota-se o retalhamento de livros chamados “livros perigosos”. Os representantes da “ordem social e política” atuam segundo uma ideologia de segurança nacional através de valores da “civilização ocidental e cristã”. O que ocorre com as experiências de educação popular no Nordeste, inclusive com a Campanha “De Pé no Chão”, que não somente alfabetizou, mas criou condições para a população de um modo geral ter acesso a informações, a discussões políticas, esclarecimentos de problemas políticos e sociais, culminou na completa destruição de suas bases, de suas bibliotecas, bem como dos Acampamentos Escolares. Seus representantes são indiciados, presos, exilados e sofreram as mais diversas formas de repressão. (COSTA e GERMANO, 2002).

Mas logo após a queda do regime militar o MOBRAL foi substituído pela Fundação EDUCAR extinta em 1990 na gestão do presidente da República Fernando Collor. Em 1990 houve o Ano Internacional da Alfabetização, em Jontien na Tailândia, teve como objetivo dar a devida importância à educação, principalmente a educação básica, além de definir os principais problemas que seriam até então enfrentados para que todos tivessem acesso à educação. No final do ano de 1990 surge então o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que tinha por finalidade, segundo Machado (2005), de reduzir o analfabetismo em 70% em um curto período de cinco anos, porém o programa não durou nem um ano devido à queda do governo da época. Após o ano de 1997, os programas educacionais de alfabetização mais evidenciados foram o Programa Alfabetização Solidária – PAS e o Programa Brasil Alfabetizado que contam com parcerias firmadas entre o governo e instituições públicas e privadas. (BRASIL, 2005)

2.2. A ORIGEM DO PENSAMENTO SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Na década de 1990, o Brasil estava mergulhado em uma forte recessão, na qual a moeda da época, encontrava-se cada vez mais desvalorizada e a inflação consumia o salário dos trabalhadores. É então através da estabilização dos preços, obtida por meio do Plano Real, através dos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, sendo estes regido dentro de regras neoliberais, na qual a doutrina capitalista atua, ocorrendo conseqüentemente em nosso país, uma abertura desenfreada do mercado interno às importações de produtos industrializados dos países que apresentavam custos trabalhistas inferiores aos vigentes no Brasil naquela época, o que desencadeou uma enorme crise nas indústrias, gerando uma perda acentuada de milhões de postos de trabalho e conseqüentemente a elevação do desemprego em escala catastrófica, muitos deles de longa duração (SINGER, 2012).

Segundo Singer (2012), essa conjuntura trágica de empobrecimento e exclusão social em massa, que se agravou durante as décadas de 1980 e 1990, devido à enorme crise financeira existente naquela época no Brasil, que é considerada como décadas perdidas para muitos autores e especialistas da área, fez com que uma nova forma de pensar a economia emergisse no meio desse período caótico, como uma então possível solução para os problemas que assolavam a classe trabalhadora no Brasil daquela época. A Economia Solidária emerge em meio a essa crise, como uma estratégia recorrente de sobrevivência pelo qual, cada vez mais trabalhadores buscam, amparados por projetos alternativos comunitários introduzida pela Cáritas, e também pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que por sua vez são abrigadas por universidades públicas e por uma grande quantidade de ONGs, que de alguma forma possuem ligações com igrejas católicas, bem como, acesso a recursos da chamada Ajuda Internacional.

Para Singer (2012), a Economia Solidária vem sendo viabilizada no Brasil nos últimos anos através do apoio dos governos do PT sejam eles municipais, estaduais e federal, além também do apoio de movimentos sociais ajudado pelos setores organizados da sociedade civil, como por exemplo as pastorais, as comunidades eclesiais de base, quilombos, indígenas, os movimentos estudantis atuando em Incubadoras, os sindicatos operários, movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, catadores de resíduos recicláveis, mulheres, egressos de manicômios, além da solidariedade entre vizinhos, algo intrínseco à cultura das classes trabalhadoras de baixa renda. A Economia Solidária se desenvolve de maneira tímida nos anos oitenta, porém emerge no cenário público através da realização dos primeiros Foros Sociais Mundiais a partir do ano de 2001 em Porto Alegre, cidade governada pelo PT desde 1989. Há de destacar um importante processo de reconhecimento mútuo entre todos aqueles movimentos sociais engajados com a economia solidária desde a segunda metade dos anos

noventa, o movimento da Economia Solidária se destaca, provocando nitidamente o interesse dos milhares de participantes nacionais e estrangeiros naquele evento.

A Economia Solidária ganha destaque no governo Lula através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no ano de 2003. Essa secretaria é pertencente e regida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Essa decisão permitiu ao movimento que até então ainda não havia assumido a esfera nacional, a necessidade de expandir para todo o território nacional, mudando sua dimensão, que só foi perceptível gradativamente ao longo dos anos seguintes. As principais parceiras da SENAES: o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que agrupa os empreendimentos de economia solidária de toda república e todas as organizações da sociedade civil; e a Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária, tendo como os responsáveis pelos órgãos estaduais e municipais de apoio e promoção da economia solidária. (SINGER, 2012)

2.3. A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NA CONJUNTURA NACIONAL DE CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.3.1. COOPERATIVAS

Para trabalharmos com Economia Solidária devemos destacar a importância de cooperativas e associações de trabalhadores, que funcionam como um ambiente de socialização, no qual esses devem adotar uma partilha dos lucros, que nesse caso chamamos de sobra, todos ganham proporcionalmente de acordo com o que trabalham nesse tipo de sistema, em que ocorre a valorização do ser humano uma vez que este é dono do seu próprio meio de sustento, além de aprender a capacidade de autogestão, passando de apenas uma simples mão de obra barata e tornando-se peça importante junto com outros coadjuvantes na produção de um bem de consumo, ou seja, esses tornam-se donos do meio de produção, no qual terão voz e vez, e em que sua recompensa não será apenas o dinheiro no final do mês, mas sim o crescimento cognitivo que esse adquire através das sólidas bases filosóficas em que a Economia Solidária perpassa a esse grupo de indivíduos organizados em prol de um objetivo comum a todos, no qual a igualdade, autogestão, comércio justo, cooperação, democracia e respeito à natureza, rege suas formas de trabalharem.

Sendo assim, o cooperativismo se origina através da organização dos trabalhadores na Inglaterra, no período conhecido como Revolução Industrial. Em 21 de dezembro do ano de 1844, em um bairro conhecido como Rochdale, localizado na cidade Manchester, observou-se que o desemprego e os baixos salários tomara de conta daquele país, então 28 tecelões

reuniram-se coletivamente, e compraram alguns produtos de necessidade. Consequentemente, criaram uma Associação dos Probos Pioneiros de Rochdale, logo depois denominada de cooperativa de Rochdale, formada pelo pouco dinheiro dos próprios trabalhadores, que tinha como função inicial, conseguir mais dinheiro para aumentar o poder de compra coletiva. Os tecelões de Rochdale criaram regras fundamentais sobre o funcionamento de cooperativas. Essa experiência difundiu-se para outros países, levando a ideia do cooperativismo pelo mundo inteiro. Em meados do século XX, a maior parte das cooperativas estavam ligadas à atividades agrícolas. Na atualidade as cooperativas nas cidades estão em constante expansão. Provavelmente por causa do êxodo rural, que levou vários camponeses do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, provocando uma maior emergência de problemas sociais nas cidades (CARDOSO, 2014).

Em torno de qualquer problema social e ou econômico, a possibilidade de constituir uma cooperativa pode ser uma solução, haja visto que existe inúmeras atuações e alternativas para a resolução de problemas decorrentes como por exemplo do desemprego. Estas por sua vez podem gerar emprego e renda, além de atuar desde os processos iniciais de produção, bem como os de industrialização, comercialização, crédito e entre outras possibilidades. No ano de 2012 constatou-se que as cooperativas ultrapassavam o número de um bilhão de membros em todo o mundo e que no Brasil, em 2011, haviam 6.586 cooperativas com aproximadamente 10 milhões de associados. As cooperativas estão cada vez mais presentes em discussões sobre alternativas para melhorar o desenvolvimento econômico e também social dos países principalmente menos desenvolvidos, no qual a desigualdade social atinge números colossais. Nessa linha de pensamento, as cooperativas tendem a fortalecer o poder de compra, das camadas antes excluídas além de compartilhar recursos, dividir competências, compartilhar os riscos e custos para desvendar novas oportunidades, oferecer produtos com qualidade superior e preço justo são algumas das estratégias cooperativistas utilizadas com frequência. Trabalhar em união, estabelecendo relações de parceria, passa a ampliar a competitividade desses pequenos negócios. Fornecendo educação e treinamento para todos os seus sócios, com intuito que eles possam contribuir efetivamente no desenvolvimento da cooperativa, informando posteriormente ao público em geral, principalmente aos jovens e líderes de opinião, sobre os benefícios da cooperação (CARDOSO, 2014).

2.3.2. DIFERENÇAS ENTRE ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVA

Para podermos compreender melhor sobre o que seria uma associação, que na realidade é o objeto de estudo do presente trabalho, se fez necessário o entendimento mais detalhado sobre cooperativas, e consequente diferenciar sucintamente essas modalidades

econômicas, que é de suma importância quando se quer trabalhar com Economia Solidária, mesmos que ambas atendam os mesmos requisitos, da nova tendência econômica tão discutida nesse artigo acadêmico, uma vez que as pessoas tendem constantemente a confundir essas duas estruturas que embora sejam um pouco parecidas, apresentam complexidades distintas.

Para CAROSO (2014), diferentemente de uma cooperativa, a associação capitulada no artigo 53 e seguintes do Código Civil Brasileiro, são organizações com o objetivo de promover à assistência social, educação, cultura, representatividade política, defesa de interesses dos membros, atividade filantrópica. As cooperativas têm objetivo essencialmente econômico, tendo como papel principal o de viabilizar o negócio produtivo de seus membros junto ao mercado. Compreender essa diferença é determinante para uma melhor adequação de um ou outro modelo econômico. Observa-se que uma associação se adequa melhor para levar adiante uma atividade social, porém a cooperativa é mais indicada para o desenvolvimento de uma determinada atividade comercial, que pode variar desde média ou até mesmo em grande escala, de maneira coletiva. Essas características distintas apresentadas acabam por estabelecer o tipo de vínculo e conseqüentemente o resultado que os associados recebem de tais organizações. Outra peculiaridade observável nas cooperativas, condiz no sentido que os associados são os donos do patrimônio adquirido e os beneficiários, nesse caso, diretos dos ganhos ou prejuízos que o processo por eles organizado resultará.

De acordo com o CARDOSO (2014), uma cooperativa de trabalho recompensará os próprios cooperados, a mesma coisa ocorre em uma cooperativa de produção. Os lucros que nesse caso denominamos de sobras, que porventura obterem das relações comerciais efetivadas pela cooperativa, podem, por decisão de uma assembleia entre todos os membros, serem repartidos entre os próprios cooperados, sem contabilizar com o repasse de valores relacionados ao trabalho desempenhado pelos cooperados, ou até mesmo da venda de produtos por eles mesmos entregues na própria cooperativa. No caso de uma associação, os associados não são propriamente detentores do patrimônio acumulado, mas sim, à própria associação. Nesse caso, se houvesse uma possível dissolução, deveria ser destinado então à outra organização semelhante, conforme determina a lei. Os ganhos obtidos, pertencem à sociedade e não de forma individualizada aos associados, que por essa razão não podem dispor deste, porque, novamente de acordo com a lei, deverão ser encaminhadas à atividade almejada pela associação. Geralmente, os associados não são nem mesmo os desfrutadores da ação do trabalho da associação, assim como não há necessariamente entre os associados direitos e obrigações mútuas. Um ponto negativo de uma associação em relação à cooperativa,

consiste nela engessar os recursos financeiros e o patrimônio desta; porém existem algumas vantagens que acabam que por compensarem os determinados grupos que buscam se organizar, mesmo que seja, para comercializar seus próprios produtos. O gerenciamento é simplificado e o custo de registro é baixo em relação a cooperativa.

2.4. A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NO NORDESTE

A agricultura familiar, sem sombra de dúvidas, veio continuamente ganhando destaque nos últimos anos no Brasil. Em decorrência dos diversos incentivos que o Governo Federal vem proporcionando ao longo da última década, foi fator preponderante para que o êxodo rural não extinguir-se por completo essa cultura remanescente entre o homem e a sua vida no campo. No Nordeste do país, mais especificamente, que por condições climáticas inadequadas, como por exemplo os longos períodos de estiagens e o agravamento pelas reduções dos índices pluviométricos em períodos que ocorrem por cerca de sete anos aproximadamente, ocasionados por causa de fenômenos naturais como el ninho, fazem com que as pequenas propriedades rurais sofram severamente o impacto nas contas, uma vez que, a única atividade realizada por esses pequenos produtores, está ligada diretamente às atividades agrárias que dependem de condições hídricas favoráveis, programas sociais como o Seguro Safra e Bolsa Família tendem a reduzir o impacto financeiro na renda dessas famílias de agricultores, contribuindo para a sua permanência no campo, e na esperança que, dias melhores virão quando os padrões climáticos restabelecerem condições propícias que culminem em uma boa safra repleta de sonhos e esperanças advindas através de boas chuvas.

Tratando sobre esse assunto, Dionísio (2003) destaca que a sociedade foi ao longo do tempo, passando a se organizar em três classes sociais distintas a partir do desenvolvimento do capitalismo. São elas: proprietário fundiário, capitalista, e proletário. A divergência entre agricultura e modo capitalista de produção, considerando a divisão em classes sociais como base, questiona-se a classe social em que a agricultura familiar se encaixaria. Esse problema vem sendo tema de trabalhos de diversos profissionais que se preocupam em entender a agricultura familiar, levando em consideração a compreensão sem correr o risco de descaracterização de saber em qual classe a agricultura familiar poderia ser inserida.

O desenvolvimento da agricultura familiar de fato, ocorre no Brasil da década de 1990 remontando as primeiras políticas públicas direcionadas para fortalecer a categoria, através de por exemplo, a criação de Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do reforço da

Reforma Agrária. Portanto, a criação dessas políticas públicas, que por ventura foram voltadas para a agricultura familiar bem como a Reforma Agrária, que resultou de milhares de reivindicações exigidas pelos trabalhadores rurais e de grupos sociais organizados ligados à causa. As políticas públicas tiveram como base fundamental as ideologias da comunidade acadêmica nacional, além da contribuição dos modelos estipulados por grandes agências multilaterais, como por exemplo, o a Food and Agriculture Organization (FAO) e o Banco Mundial (DENARDI, 2001).

Para Perondi (2007), a agricultura familiar é percebida como um tipo de agricultura que engloba principalmente a gestão e o trabalho realizado preponderantemente pela família, representando conseqüentemente uma unidade de produção e consumo promovendo a produção e a reprodução social. Além do mais, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO bem como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, evidencia que para a agricultura familiar ocorrer de fato, é importante que os instrumentos de trabalho sejam da família com direito de sucessão entre os membros.

Segundo Maluf (2004), a agricultura familiar é uma maneira conveniente de ocupação social da zona rural, onde a produção dos pequenos agricultores promove a igualdade bem como a inclusão social em consequência de uma maior, mais variada e mais suportável oferta de alimentos aos consumidores.

De acordo com Flores (2002), a criação de políticas públicas aliadas da consolidação de métodos antigos, advinda da pressão instalada pelos movimentos sociais, tem proporcionado a conquista de recentes espaços. A exemplo temos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, legitimado no ano de 1996, aliado do revigoramento de ações relacionadas com a reforma agrária, fato esse, que marcam o êxito na aquisição de espaços para a agricultura familiar. As conquistas se deram, por meio da política de crédito rural, além de vários investimentos em áreas como a infraestrutura de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, mesmo que não tenham sido o bastante para implicar em um novo modelo de desenvolvimento no campo que seja de caráter não excludente.

2.5. AFRUNOF

2.5.1.A CRIAÇÃO DA AFRUNOF

Depois de falarmos um pouco sobre capitalismo financeiro e de sua interferência na educação de países em desenvolvimento como no caso do Brasil, remontamos também os aspectos históricos da Economia Solidária em nosso país, e para entendermos melhor como

essa nova modalidade econômica funciona, precisou-se evidenciar a diferença de cooperativas e associações, para podermos adentrar no objeto fruto de estudo do presente trabalho, a AFRUNOF.

A AFRUNOF é uma associação de produtores rurais localizada no nordeste do país, situada no município de Nova Floresta, estado da Paraíba, sua sigla significa Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta, sendo criada em Maio de 2008 com o objetivo de agregar valores aos produtos do campo que são produzidos por seus associados. É caracterizada por ser uma associação civil, sem fins econômicos, entretanto, em detrimento dos períodos de estiagem que assolam a região, fator esse, que é considerado motivo preponderante para que os membros realizem suas reuniões em uma sede provisória, haja visto, que as condições climáticas é um fator que deve ser levado em consideração quando tratamos de produção agrícola, sendo esse o motivo para que ainda não tenham construído a sede própria. A associação é de responsabilidades de todos os membros, seu principal objetivo é a prestação de serviços sociais, que contribua para a organização e integração dos associados, melhorando a qualidade de vida destes.

Segundo relatos por meio de perguntas informais, aos membros mais velhos desse grupo, inicialmente, a AFRUNOF possuía 22 membros, o sucesso do grupo foi perceptível para a comunidade, fator esse que fez a associação aumentar e contar atualmente com 33 associados, que na sua maioria são agricultores familiares, que produzem e comercializam frutas como o maracujá (principal produto), goiaba, acerola, limão, caju e algumas hortaliças como alface e coentro entre outros. A AFRUNOF surge com a intuito de melhorar a qualidade de vida do agricultor associado e de sua família através do desenvolvimento de uma agricultura sustentável, que concomitantemente não agrida a natureza e que seja economicamente viável, fazendo uso consequentemente de boas práticas agrícolas, resultando no fornecimento de alimentos de alta qualidade para as pessoas.

2.5.2. AS RELAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO DA AFRUNOF E SUAS PARCEIRAS COMERCIAIS

No início, os agricultores e fruticultores contavam apenas com o conhecimento empírico, o que acarretava muita das vezes em prejuízos consideráveis na produção, isso era um agravante para que muitos deles pensassem em desistir da vida no campo, outro fator que desestimulavam essas pessoas, eram o fato de seus produtos terem que ser vendidos em sua totalidade aos atravessadores, muitas das vezes eram comercializados por um preço que não era considerado justo, haja visto que os valores eram muito inferiores ao preço de mercado. Então, com a criação da associação, os produtores rurais passaram não mais a trabalhar de

maneira simplesmente individual, mas sim de forma coletiva, gerando uma quantidade e mesmo variedade maior de produtos, quando comparado ao trabalho individual que exerciam antigamente.

É por meio da associação, que a vida se torna mais fácil para os associados, haja visto que, parcerias comerciais importantes são construídas, além de órgãos estaduais que oferecem atendimento e orientações aos produtores como é o caso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo da Paraíba (EMATER-PB), que conta com atendimento de técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos que orientam os associados a adotarem práticas agrícolas economicamente viável e que não agrida a natureza. Além de dar subsídios por meio de projetos que são encaminhados a bancos parceiros que acabam liberando microcréditos que será investido pelo associado na sua produção.

Se tratando em comercialização, aquele ditado popular que diz que a união faz a força, pode-se aplicar em relação a AFRUNOF, pois é através dessa associação que seus membros ganharam visibilidade e destaque no comércio, haja visto, que a figura do atravessador sai de cena, e conseqüentemente os próprios agricultores que tornam-se figuras de destaque, ao observar que estes tornam-se autossuficientes e auto-gestionários, uma vez que passam a vender seus produtos diretamente as fontes de compra, por meio de determinados programas. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e as prefeituras são importantes parceiras desses pequenos agricultores.

2.6. A CONAB, O PAA E O PNAE

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e está localizada em todas as regiões do Brasil, seguindo o rumo da produção agrícola, desde o delineamento do plantio até assomar à mesa do consumidor. O comportamento da Companhia contribui com a decisão do agricultor no momento de plantar, colher e até mesmo armazenar, e segue até o provimento do produto no mercado, momento em que a proteção dos preços mínimos disponibilizados pelo governo é representado em abundância no abastecimento e estímulo à produção, realizando estudos, e montando dados estatísticos dos preços, bem como os levantamentos dos custos de produção agrícola, além da expectativa de plantio e de colheita de grãos. A Companhia é responsável pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), e o abastecimento alimentar no país, essa atuação se faz por meio da Aquisição do Governo Federal (AGF), o que é capaz de equilibrar a renda do produtor rural, bem como do agricultor familiar e conseqüentemente de

suas cooperativas e associações, frente a oscilação do preço no mercado. Em outras palavras, isso significa comprar produtos agrícolas, constituir estoques e comercializar no momento certo para garantir a regularização do mercado consumidor (CONAB, 2017).

Atualmente a AFRUNOF comercializa seus produtos para a CONAB através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que consiste em o governo comprar a produção familiar a preços adequados ou seja, justo, de maneira descomplicada e sem a necessidade de atravessadores, também tem presença na sua execução de parcerias com outros órgãos governamentais. Portanto o PAA almeja superar o grande desafio para os agricultores familiares, que seria o de comercializar a produção a preços recompensadores e compatíveis com o mercado. Outra forma de comercialização encontrada pela AFRUNOF, para vender seus produtos por um preço justo, é através de um outro programa intitulado de PNAE, ou Programa Nacional de Alimentação Escolar, que consisti no fornecimento de alimentos oriundos da agricultura familiar para escolas municipais e estaduais, na qual a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, impõe que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar deve ser aplicado na compra de produtos provenientes da agricultura familiar, o que estimula o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade das associações e cooperativas. O repasse é realizado para os estados e municípios, levando em consideração o Censo Escolar realizado um ano antes do atendimento, sendo este fiscalizado diretamente pela sociedade civil, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público e pela Controladoria Geral da União (CONAB, 2017).

3 METODOLOGIA

Pretende-se realizar um estudo sobre práticas em Economia Solidária mediante coletas de dados sobre a comercialização de produtos agrícolas oriundos da Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta (AFRUNOF), a partir de pesquisas etnográficas e pesquisa quantitativa e qualitativa, bem como entrevistas informais aos membros do grupo estudado. As perguntas do questionário foram de caráter socioeconômico, que é o objeto de estudo desse trabalho monográfico, realizada com acompanhamento humanizado e especializado, monitorando sistematicamente os associados, respeitando de maneira ética cada participante da pesquisa, promovendo assim, um estudo qualificado primando primordialmente pelos direitos humanos.

Nesse trabalho monográfico, a Etnografia corroborou na forma de pesquisa qualitativa, sendo um importante auxílio metodológico, útil e apropriado para compreender melhor a realidade do grupo de agricultores estudado desde o início da pesquisa. Para Dantas (2011), os princípios da Antropologia e do método etnográfico são importantes para embasar uma pesquisa de campo, possibilitando consequentemente apreender sobre a realidade, evidenciando certos aspectos que em um questionário pode passar por despercebido. Certos saberes que guiam e ensinam a importância de se buscar o equilíbrio de ser pesquisador e participante. É a etnografia que permite que a interpretação seja minimamente unilateral, a partir de quando se tenta entender a vivência dessas pessoas, pelo menos a uma parcela do cotidiano destas.

Além do mais, o uso da pesquisa qualitativa também é essencial, uma vez que é entendida, por alguns autores, como sendo um artefato que compreende atividades ou investigações que podem ser ditas específicas. De acordo com Bogdan e Biklen (2003), o significado de pesquisa qualitativa engloba cinco características fundamentais que configuram essa modalidade de estudo, são elas: dados descritivos, ambiente natural, preocupação com o significado, preocupação com o processo e processo de análise indutivo.

Já a pesquisa quantitativa, outro elemento importante para obtenção de dados fundamentais para esse trabalho monográfico, é entendida segundo Richardson (1999), como sendo ilustrada pelo uso da quantificação, tanto nas modalidades de obtenção de informações ou então no tratamento dessas informações mediante técnicas estatísticas.

O emprego de questionários, segundo Cervo e Bervian (2002), refere-se a um instrumento de obtenção de respostas para às questões, cuja fórmula baseia-se quando o próprio informante preenche. Podendo conter tanto perguntas abertas como fechadas. Vale

salientar que as respostas abertas possibilitam um resultado mais completo através resoluções ricas e variadas enquanto as fechadas delimitam uma maior facilidade na tabulação e análise dos dados.

Por outro lado, uma ferramenta também utilizada nesse estudo foi o uso de entrevistas informais, denominadas de entrevistas não estruturadas, importante destacar que essa modalidade é o oposto às caracterizadas como entrevistas estruturadas, favorecendo o entrevistador, haja visto que não possui um conjunto específico de perguntas e nem a necessidade de seguir uma ordem cronológica específica. O pesquisador detém liberdade de ação, além de poder adentrar em vários assuntos e testar várias teorias durante o período da entrevista. No entanto sua desvantagem consiste na não padronização, além da incapacidade de permitir confrontações diretas entre os entrevistados da pesquisa (GIL, 1999).

A observação que o pesquisador faz durante o desenvolvimento da pesquisa em relação ao o objeto de estudo, nesse caso os associados, segundo Cervo e Bervian (2002), é muito importante uma vez que, observar é utilizar cuidadosamente os sentidos físicos a um amplo objeto, para que daí então, se possa adquirir informações claras e precisas. Para esses autores, a observação é extremamente importante para o estudo da realidade e de suas leis. Sem uma boa observação, o estudo seria comprometido, uma vez que seria reduzido à uma simples adivinhação.

Localizada no município de Nova Floresta, região do Curimataú, zona de semiárido do estado da Paraíba, (latitude 06°27'18'' e longitude 36°12'10'', com altitude média de 667m em relação ao nível do mar), a AFRUNOF não apresenta sede fixa determinada, é uma associação civil, sem fins econômicos, de responsabilidades de todos os 33 associados, tendo como objetivo primordial, a prestação de serviços que contribua para a organização e integração social dos agricultores e fruticultores associados na zona rural da cidade, melhorando consequentemente a qualidade de vida de seus integrantes.

Para a realizar a pesquisa, foram adotados visitas sistêmicas de reconhecimento, com o intuito de manter uma dinâmica harmoniosa com o grupo, bem como promover descontração, para assim possibilitar a adoção do método de pesquisa entre os mesmos.

A entrevista contou com 10 perguntas objetivas de múltiplas escolhas, bastante simples e de fácil entendimento entre os membros da associação, para promover um resultado fidedigno, evitando-se assim quaisquer constrangimentos entre os associados com baixa escolaridade. Foram utilizados 21 questionários, e aplicado para 21 dos 33 associados, estes confeccionados em versões de uma lauda de papel A4 do tipo ofício, que foram aplicados no

dia 05 de fevereiro de 2017. Haja visto, que as reuniões da associação ocorrem mensalmente, sempre no primeiro domingo de cada mês.

As dez perguntas aplicadas aos membros da AFRUNOF, além de possibilitar a interpretação das características sociais e econômicas dos associados, ajudou a verificar se houve aspectos de princípios em Economia Solidária, praticada por estes. Sem se remeter por enquanto as respostas que foram obtidas, as dez perguntas do questionário aplicado foram as seguintes em ordem crescente de elucidação: Qual o seu sexo? Qual a sua idade? Você participa de todas as reuniões da sua associação? Você é ouvido pelos outros associados, podendo se expressar e dar sua opinião? Até quando você estudou? Em que você trabalhou, na maior parte da vida? Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar? (Considere a renda de todos que moram na sua casa.) Você cursa ou já cursou a Educação de Jovens e Adultos – EJA? A associação proporcionou facilidade nas vendas dos seus produtos por um preço justo? Através de parcerias entre sua associação e instituições públicas como escolas, prefeituras e CONAB, você conseguiria vender seus produtos a estes sem a criação dessa associação?

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante toda a pesquisa, além das visitas mensais as assembleias promovidas pelos associados, que ocorreram na sede provisória da AFRUNOF, foram também realizadas observações e participações nas reuniões, a fim de observar a interação entre os membros, fazendo com que a presença do pesquisador, fosse minimizada, com o intuito de reduzir qualquer forma de inibição do membro, que por ventura se manifestasse nas discussões promovidas entre os associados, garantindo conseqüentemente em seguida, a heterogeneidade das respostas aos questionários distribuídos (Figura 1).

Figura 01: Reunião dos associados da AFRUNOF.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Tentando evidenciar o grupo em questão, 21 questionários foram respondidos, sem que houvesse a necessidade do associado se identificar, evitando qualquer forma de constrangimento e possibilitando um resultado mais fidedigno. Das 10 questões elencadas por esse trabalho monográfico, a primeira pergunta respondida pelos membros da Associação de Fruticultores e Agricultores de Nova Floresta, teve a finalidade de averiguar a relação de gênero que compõem o grupo de pessoas associadas, sendo enfatizada de maneira simplista a primeira pergunta: ‘Qual o seu sexo?’, apresentado conseqüentemente duas possíveis

Feminino e (B) Masculino'. Nesse quesito, todos os entrevistados se descreveram como sendo do sexo masculino (Figura 2).

Figura 02: Gênero dos entrevistados.

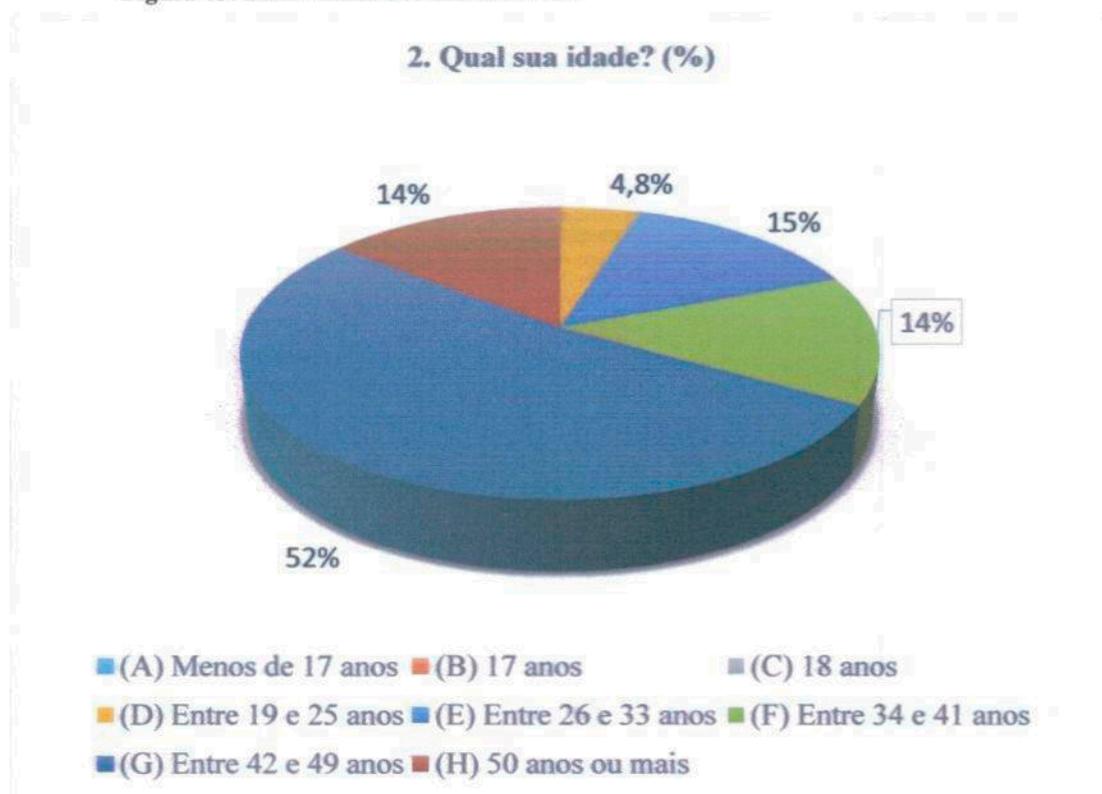


Fonte: Dados de pesquisa, 2017.

Provavelmente, por questões culturais, que ainda regem à nossa sociedade contemporânea, o modelo patriarcal é expresso nesse gráfico (Figura 02), no qual fica bastante evidenciado que 100% dos associados da AFRUNOF, declararam pertencerem ao sexo masculino. Naturalmente essa cultura intrínseca ao homem do campo, que é oriunda de seus ancestrais, na qual o homem é o encarregado de trazer o sustento para os membros da família, o que acaba que por excluir a mulher dessas assembleias realizadas mensalmente. Entretanto, através de perguntas informais realizadas, constatou-se que esses chefes de família, deixam suas companheiras a par das decisões tomadas, mesmo que essas não participem dessas reuniões, mesmo porque, essas mulheres são beneficiadas indireta e diretamente com as ações da associação, pelo simples fato, de estarem casadas com os membros dessa associação, e além do mais, essas mulheres corroboram com as decisões tomadas pelos associados.

Logo em seguida, a segunda pergunta apresentada aos entrevistados foi: 'Qual sua idade?', contendo 8 respostas possíveis, na qual: (A) Menos de 17, (B) 17 anos, (C) 18 anos, (D) Entre 19 e 25 anos (inclusive), (E) Entre 26 e 33 anos (inclusive), (F) Entre 34 e 41 anos (inclusive), (G) Entre 42 e 49 anos (inclusive), (H) 50 anos ou mais. Nessa sondagem, observou-se que a maioria dos entrevistados marcaram a alternativa "(G) Entre 42 e 49 anos (inclusive)". A Figura 03, expressa em porcentagem os resultados obtidos dessa segunda questão.

Figura 03: Faixa etária dos entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Como o Gráfico acima revela, mais da metade dos entrevistados, cerca de 52%, disseram na pesquisa terem entre 42 e 49 anos de idade, ou seja, marcaram a opção (G), seguido por 15% dos associados, que optaram pela alternativa (E), na qual se descreveram com uma idade entre 26 e 33 anos. Consequentemente, 14,1% dos integrantes da AFRUNOF, assinalaram a letra (F), se descrevendo com idades entre 34 e 41 anos. Outros 14,1%, marcaram a opção (H) admitindo terem 50 anos ou mais, na entrevista. Apenas 4,8%, apresentaram idades entre 19 e 25 anos. Há de ressaltar, que as alternativas (A) Menos de 17 anos, (B) 17 anos, (C) 18 anos, não foram assinaladas pelos participantes da pesquisa, logo, obviamente o resultado possível foi de 0% na entrevista.

Portanto, 80% dos entrevistados apresentam idade superior ou igual a 34 anos, o que demonstra uma maior centralidade nas tomadas de decisões aliada das experiências vividas no campo, que os mesmos adquiriram ao longo da vida, o que ajuda bastante nas ações tomadas pelo grupo enquanto associação. O que não quer dizer, que a outra parcela dos 20%, nesse caso os mais jovens com idade inferior a 33 anos e superior a 19 anos, não tenham participação efetiva nas decisões das assembleias promovidas no início de cada mês. A participação de todos

os associados, acontece de maneira natural, e a democracia torna-se evidente, quando observado o diálogo que sempre ocorre antes, durante e depois de cada reunião, fator esse, que talvez seja preponderante para tamanho sucesso que a AFRUNOF, ocorre desde sua criação em 2008.

Na terceira pergunta estimulada, foi questionado o seguinte: “Você participa de todas as reuniões da sua associação?”, o resultado constatado foi que 95% dos entrevistados relataram participar assiduamente das assembleias, e apenas 5% relataram que as vezes iam as reuniões, e nenhum membro relatou faltar.

Figura 04: Frequência e Assiduidade dos entrevistados nas reuniões.



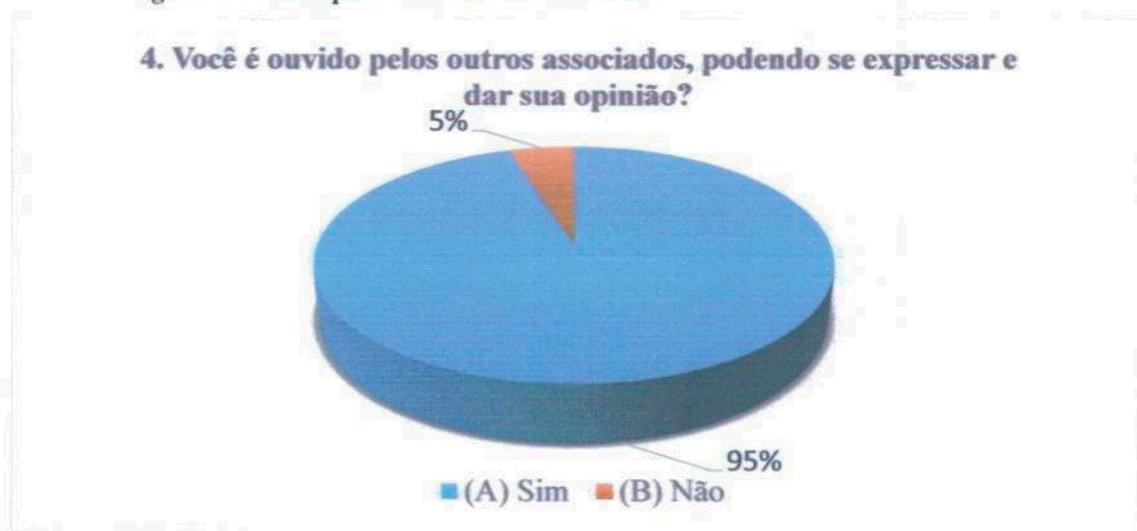
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Na Figura 04, ao observar o gráfico, é notório que esse resultado da participação de 95% dos associados, reflete em um panorama bastante favorável em prol da Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta, haja visto que, a organização coerente das ações que a AFRUNOF vem desenvolvendo, se deve pela assiduidade de seus integrantes, uma vez que, a presença de todos nas reuniões, reflete em um diálogo em conjunto, promovendo as discussões das ideias por todos os membros, propiciando um verdadeiro trabalho em equipe. Talvez isso explique o dinamismo da associação, e o fato de se constatar através de conversas informais, a satisfação dos associados na conjuntura associativista que esse grupo de trabalhadores rurais desenvolve em prol de um objetivo comum a todos, nesse caso agregar valor à produção no campo.

Posteriormente, foi questionada uma quarta pergunta, com a intenção de averiguar a participação dos membros dessa associação antes, durante e depois das assembleias promovidas no primeiro domingo de cada mês. Então essa pergunta, assim como as demais, teve em sua

Posteriormente, foi questionada uma quarta pergunta, com a intenção de averiguar a participação dos membros dessa associação antes, durante e depois das assembleias promovidas no primeiro domingo de cada mês. Então essa pergunta, assim como as demais, teve em sua essência um formato simplificado, contendo duas possíveis respostas com alternativas (A) e (B), apresentando Sim e Não respectivamente. Dessa maneira, a questão elaborada foi a seguinte: “Você é ouvido pelos outros associados, podendo se expressar e dar sua opinião?”, vejam o resultado no gráfico a seguir na Figura 05.

Figura 05: Participatividade dos entrevistados.



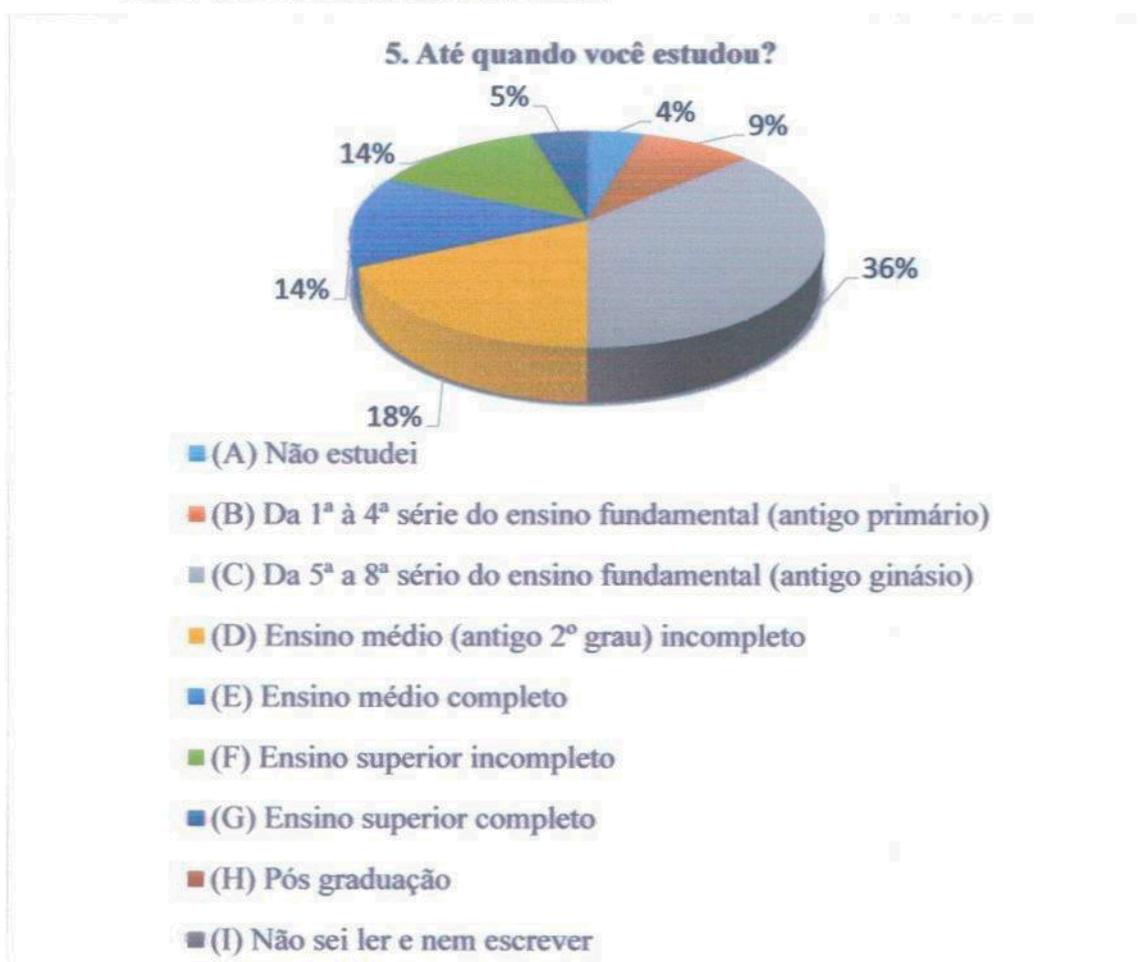
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Percebe-se, que 95% dos entrevistados, declararam serem ouvidos e até mesmo expressarem a opinião pessoal, e por outro lado, apenas 5% optaram pela alternativa (B), dizendo-se que não eram ouvidos ou não conseguiam expressar sua opinião. É importante se destacar, que o presidente sempre faculta a palavra para que qualquer membro possa se expressar da forma que melhor optar. Esse resultado expressado pelos 5%, é motivado, pelo baixíssimo grau de escolaridade que alguns associados apresentam, o que, limita a participação, por receio de como se expressar perante o grupo. Entretanto, através de sondagens informais, é observável que todos os membros tenham voz e vez na associação.

A quinta pergunta estimulada aos associados, tenta justamente complementar a pergunta anterior, também em um formato bem simples. Foi questionado se: “Até quando você estudou?”, apresentando nove alternativas distribuídas em ordem desde a letra (A) até a letra (I), sendo assim, as respostas para esse questionamento, foram respectivamente as seguintes: “(Não estudei), (Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental), (Da 5ª à 8ª série do ensino

fundamental), (Ensino médio incompleto), (Ensino médio completo), (Ensino superior incompleto), (Ensino superior completo), (Pós graduação) e finalmente a opção (Não sei ler e nem escrever)". Na Figura 06, é possível observar o comportamento das respostas apresentadas pelos participantes.

Figura 06: Escolaridade dos entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Note que, 36% dos entrevistados, marcaram a alternativa (C), alegando terem estudado da 5ª a 8ª série do ensino fundamental, por outro lado, 18% se disseram ter o ensino médio incompleto, outros 14% marcaram a opção (E), dizendo-se terem o ensino médio completo, também outros 14% assinalaram a alternativa (F), se declarando terem o ensino superior incompleto, 9% alegaram terem entre a 1ª e a 4ª série do ensino fundamental, representado pela letra (B), outros 5% se descreveram terem o ensino superior completo, outros 4% disseram não terem estudado, marcando a opção (A). As letras (H) e (I), que são

respectivamente ‘Pós graduação’ e ‘Não sei ler e nem escrever’, não condiz com a realidade dos associados, portanto não foram marcadas.

Há de se considerar, que nessa questão que trata sobre os níveis de escolaridade, a heterogeneidade fica bastante evidenciada, onde se observa que 33% dos entrevistados tem o ensino médio completo ou até mesmo tenham de forma completa ou incompleta o ensino superior, o que obviamente é considerado um bom resultado, se averiguarmos, que muitos deles são filhos de camponeses humildes, e que vivenciaram épocas difíceis, em que o acesso ao ensino superior não era tão propício como nos dias atuais e mesmo que, para a sociedade, sempre há um tipo de estereotipismo, em que o homem do campo é aquele tipo de pessoa ignorante e analfabeto, o que vai contra essa corrente de pensamento, se analisarmos os dados obtidos no gráfico anterior. Outro dado importante, é que mesmo que 4% da amostra, tenha declarado não terem estudado, isso não limitou a capacidade cognitiva de saberem ler e escrever, como foi constatado ao longo das visitas realizadas durante essa pesquisa.

Na sexta pergunta, como podemos constatar na Figura 07, foram inseridas também, respostas com múltiplas escolhas referente a seguinte pergunta: “Em que você trabalhou, na maior parte da sua vida?”, apresentando 11 possíveis respostas: foram elas: ‘(A) Na agricultura, no campo, em fazenda; (B) Na indústria; (C) na pesca; (D) No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços; (E) Funcionário público do Governo Federal, Estadual ou Municipal; (F) Profissional liberal, professor ou técnico de nível superior; (G) Trabalhador fora de casa em atividades informais (pintor, eletricitista, encanador, feirante, ambulante, guardador de carros, catador de lixo etc.); (H) Trabalha em sua casa em serviços (alfaiataria, cozinha, aulas particulares, artesanato, carpintaria, marcenaria etc.); (I) Trabalhador doméstico em casa de outras pessoas (faxineiro, cozinheiro, mordomo, motorista particular, jardineiro, vigia, acompanhante de idosos/as etc.); (J) No lar (sem remuneração) e (K) Não trabalho.’ Vejamos o gráfico a seguir.

Figura 07: Profissão dos entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Percebe-se que, 95% dos entrevistados, responderam em concordância com à alternativa (A) Na agricultura, no campo, em fazenda. Isso demonstra, que a AFRUNOF, é composta por membros que trazem consigo uma ampla experiência de vida voltada para as atividades no campo, e que, aliado com os conhecimentos técnicos científicos que por meio da associação, garantiram através de acessórias especializadas de técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos por exemplo, um consequente sucesso nas práticas agrícolas que os mesmos vem desenvolvendo.

É importante salientar, que apenas 5% dos entrevistados, optaram pela alternativa (B) Na indústria, isso provavelmente tenha acontecido, em decorrência das dificuldades econômicas enfrentadas por esses pequenos agricultores no passado, culminada com a

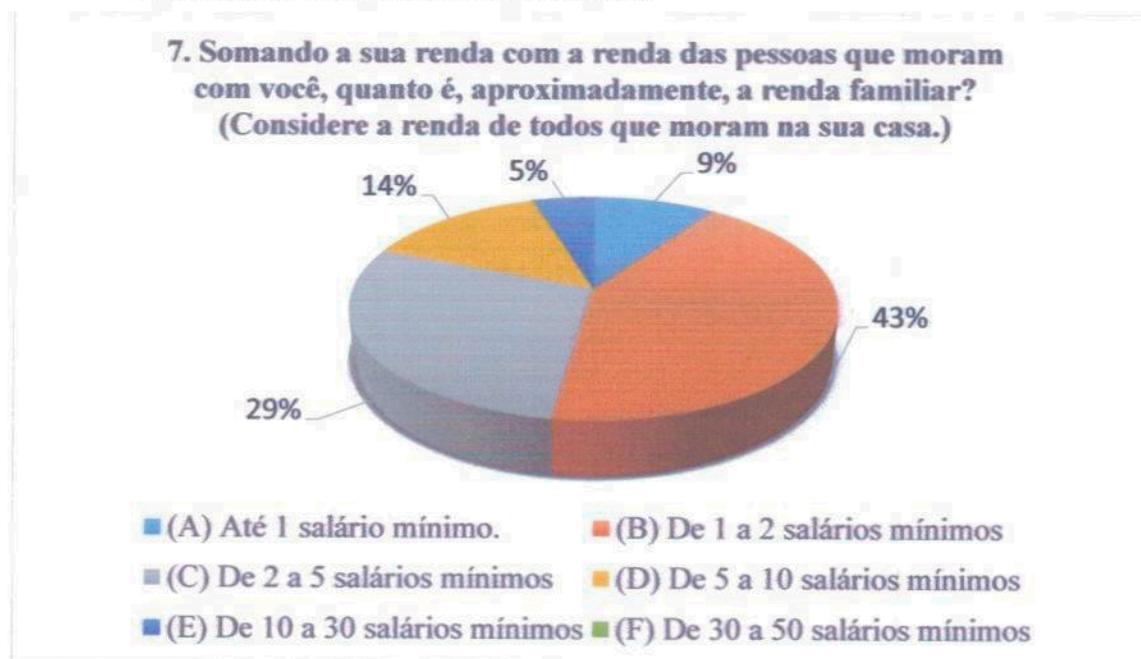
É importante salientar, que apenas 5% dos entrevistados, optaram pela alternativa (B) Na indústria, isso provavelmente tenha acontecido, em decorrência das dificuldades econômicas enfrentadas por esses pequenos agricultores no passado, culminada com a problemática climática, decorrente dos períodos de secas prolongadas que a região nordeste enfrenta ao longo de sua história. Possivelmente, com o grande êxodo rural que ocorreu há algumas décadas atrás, em que nordestinos migraram para o sudeste do país, em um momento que a indústria vivia seu auge de crescimento e que recrutavam, milhares de mão de obra para trabalharem de forma assalariada. Fator esse que, possivelmente, tenha levado esses camponeses a procura de melhores condições de vida, propiciando que esses ousassem sair do ambiente rural e partissem para a turbulência que é a vida nas cidades grandes. Hoje, com uma maior maturidade, esses camponeses que viveram grande parte de suas vidas trabalhando na indústria, encontram uma oportunidade de voltar as suas origens, nas atividades agrícolas, por conta da Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta.

A sétima pergunta da série de questões elencadas, tenta averiguar a atual condição financeira dos associados, bem como dos membros que com ele convivem no ambiente familiar de sua casa. Para tanto a pergunta foi feita da seguinte forma: ‘Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar? (Considere a renda de todos que moram na sua casa.)’, é importante salientar novamente, que além de constatar os resultados que esse trabalho monográfico prima em sua essência, o cuidado na forma com que essas perguntas foram elaboradas, sem sombra de dúvidas, tenta minimizar ao máximo as dúvidas decorrentes em uma possível resposta por parte do agricultor, maximizando um resultado fiel que tente condizer com a realidade do entrevistado. Sendo assim as possíveis respostas foram as seguintes: ‘(A) Até 1 salário mínimo; (B) De 1 a 2 salários mínimos; (C) De 2 a 5 salários mínimos; (D) De 5 a 10 salários mínimos; (E) De 10 a 30 salários mínimos; (F) De 30 a 50 salários mínimos;’ Vejamos o gráfico da Figura 08, para podermos compreender melhor tais resultados.

Segundo SILVA *et al.* (2009), a renda das famílias no campo é determinada através das características dos imóveis rurais e atividades agrícolas nelas desenvolvidas, além das atividades e rendas não agrícolas, concomitantemente presentes nesse novo cenário rural do país. Nessa perspectiva dinâmica de obtenção de renda através da agricultura familiar, estão inseridos vários municípios do Brasil. Certas característica, que são inerentes de um município rural, aliada à inexistência de indústrias, apresentando um comércio ligado a comercialização de bens básicos de consumo, além de atividades que evidenciam o turismo rural, mesmo que esse último seja ainda incipientes, acaba que colocando em suma evidência

a enorme importância do setor agrícola para a economia local, em virtude que praticamente a população em sua quase totalidade, tem ligação com as atividades rurais.

Figura 08: Renda Familiar dos entrevistados.

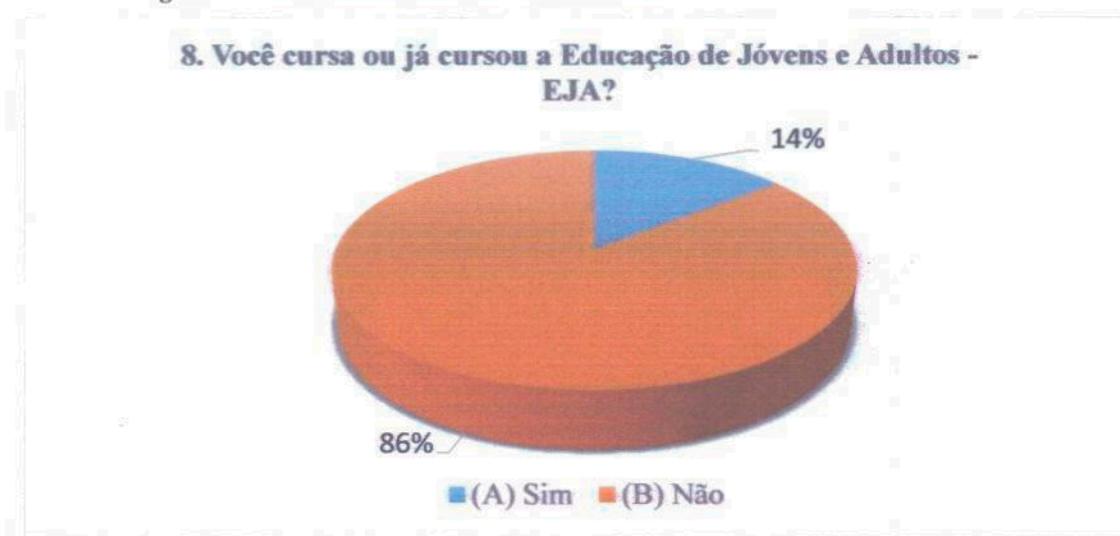


Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Ao analisarmos os resultados obtidos sobre a renda familiar, constatamos que quase a metade dos entrevistados, cerca de 43%, afirmam possuírem uma renda familiar entre 1 a 2 salários mínimos. Outros 29% afirmaram obterem uma renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos. 14% da amostra no entanto, disseram apresentar uma renda que varia entre 5 a 10 salários mínimos. Porém 9% se declararam possuir uma renda familiar de até 1 salário mínimo. Aproximadamente 5% afirmaram ter uma renda entre 10 e 30 salários mínimos, no entanto a alternativa 'F' que fala de uma renda familiar de 30 a 50 salários mínimos não condiz com a realidade de nenhum membro da associação registrando conseqüentemente 0%. Através da pesquisa, pode-se averiguar que a média per capita dos ganhos individuais dos membros da AFRUNOF, giram entre 2 e 3 salários mínimos, e que os altos valores constatados como a minoria que marcaram a resposta 'E' entre 10 e 30 salários mínimos, se deve ao fato do associado apresentar um grupo familiar com vários membros, ou seja, várias pessoas ativas, ganhando seu próprio dinheiro. E os que se disseram receber apenas 1 salário mínimo, a justificativa encontrada, se deve pelo fato de possuir uma pequena propriedade ou mesmo, ter apenas o próprio membro que trabalha, enquanto outras pessoas do grupo familiar, não exercem atividade remunerada, o que acaba limitando um pouco a sua renda.

uma das maneiras humanizadas pela qual, se pode dar dignidade ao homem, isso porque o indivíduo deixa de ficar à margem da sociedade e acaba interagindo de maneira harmônica com outros protagonista da sociedade civilizada em nosso mundo contemporâneo. Sendo assim, a pergunta foi apresentada na seguinte forma: ‘Você cursa ou já cursou a Educação de Jovens e Adultos – EJA? (Marque apenas uma resposta)’, apenas duas alternativas foram inseridas: ‘(A)Sim; (B)Não;’ Acompanhe a seguir o gráfico da figura 09.

Figura 09: Perfil Educacional dos entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Supreendentemente, constatou-se que 68% dos associados não tem o ensino médio completo, nessa última pergunta, observou-se que 86% dos entrevistados nunca frequentou a escola depois da idade adulta, nem mesmo na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA. Apenas 14% disseram terem frequentado esse tipo de modalidade educacional, esse dado é no mínimo preocupante, haja visto que a educação atua na vida do indivíduo de forma emancipadora, promovendo a socialização entre as pessoas, onde a comunicação transpassa barreiras.

Segundo TORRES *et al.* (2008), a ruptura dos obstáculos técnicos da comunicação na conjuntura do capital globalizante, gera formas opressoras porque ora são homogeneizantes e excludentes, outrora, sugere a uma importância antiga da história humana: o mundo ausente de fronteiras. Metaforicamente, essa contingência nos conduz a revisitar o instante em que o planeta não se deparava ainda loteado, dividido em Estados, muitas vezes rivais, como ocorre atualmente. A realidade da propagação dos meios de comunicação global, ao ligar grupos,

tribos, ONGs, movimentos, redes de redes e de movimentos, mesmo que insuficiente a uma fração do planeta, estabelece outras oportunidades no sistema civilizatório.

Saindo um pouco do aspecto educacional e adentrando na comercialização, tema esse, objeto central de estudo desse trabalho, no que diz respeito as ações da Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta, sendo assim, a nona questão foi a seguinte: ‘A associação proporcionou facilidade nas vendas dos seus produtos por um preço justo?’. A seguir o gráfico da Figura 10, demonstra o comportamento das respostas dos entrevistados.

Figura 10: Facilidade na Comercialização dos produtos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Sabe-se através de questionamentos com alguns membros da associação, que o principal intuito da AFRUNOF é agregar valor aos seus produtos, e para que isso possa acontecer, o principal entrave é promover a comercialização de seus produtos diretamente a órgãos públicos como estados e municípios através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), escolas por meio do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e CONAB (Companhia Nacional de Abastecimentos), dispensando conseqüentemente a figura do atravessador, para tanto observamos no gráfico acima que 95% dos associados concordaram que foi por meio da associação que esses conseguiram sim, vender seus produtos por um preço justo, haja visto que dispensaram intermediários no processo de comercialização. No entanto, 5% disseram que a associação não proporcionou a venda de seus produtos por um preço justo, isso porque, alguns acham que o valor pago, mesmo dispensando os atravessadores, ainda é abaixo do valor ideal para os mesmos.

Segundo Padilha e Mendes (2006), a comercialização de produtos de origem do campo não traduz-se somente na venda da produção em um determinado mercado. Sendo conseqüentemente mais do que isto, sendo no entanto, caracterizada como um processo constante e estruturado de andamento da produção agrícola percorrendo um canal ou sistema de comercialização, no qual o produto passa por transformações, diferenciações e conseqüentemente agregações no valor. As adequações que os produtos do campo sofrem são de posse, forma, tempo e lugar, direcionando, desta forma, ao gosto e interesses dos consumidores finais.

Por fim, a última da série de questões elaborada com o intuito de esclarecer dúvidas pertinentes sobre a ocorrência de práticas de Economia Solidária na AFRUNOF, evidenciou os aspectos comerciais em detrimento do grupo enquanto associação formalizada, para isso foi realizada a seguinte pergunta com duas alternativas plausíveis: Sim ou Não; A questão foi a seguinte: ‘Através de parcerias entre sua associação e instituições públicas como escolas, prefeituras e CONABE, você conseguiria vender seus produtos a estes sem a criação dessa associação?’ A seguir na Figura 11, podemos acompanhar as respostas no Gráfico.

Figura 11: Parcerias comerciais com setor público.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Através dos dados obtidos no Gráfico anterior, é possível constatar que mais da metade dos entrevistados (57%) declararam que a criação da AFRUNOF ajudou de fato os membros dessa associação a comercializarem os seus produtos para empresas públicas como escolas, prefeituras e a Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB. Porém a outra parcela da amostra, cerca de 43%, alegaram que não necessariamente, sem o intermédio da associação, seus membros seriam inviabilizados de comercializarem com instituições públicas, isso porque, o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, pode em sua natureza, receber produtos

associação, seus membros seriam inviabilizados de comercializarem com instituições públicas, isso porque, o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, pode em sua natureza, receber produtos agrícolas de produtores rurais individuais, enquadrados na agricultura familiar. Entretanto, o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, necessariamente requer a compra dos produtos do campo por meio de nota fiscal de uma associação ou cooperativa de trabalhadores rurais, ou mesmo através de nota fiscal que pode ser emitida avulsa (emitida na prefeitura), ou nota fiscal do produtor rural que pode ser fornecido gratuitamente pela Secretaria da Fazenda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs apresentar um estudo sistemático através de entrevistas e aplicação de perguntas em formato de questionário objetivo, com o intuito de elucidar aspectos sobre a comercialização em uma associação de pequenos agricultores familiares situada no município de Nova Floresta, região do Curimataú, zona de semiárido do estado da Paraíba, intitulada Associação de Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta – AFRUNOF. Ressaltou-se à averiguação das práticas em Economia Solidária nessa associação, uma vez que, existe desde 2008, e que não se tem nenhum trabalho literário produzido até então sobre a mesma, e sabendo-se da crescente ascensão da economia solidária dentro das cooperativas e associações que vem sendo constituídas em todo o Brasil durante as últimas décadas, sendo possível compreender as relações comerciais dessa associação, verificando conseqüentemente as suas bases filosóficas em detrimento da Economia Solidária, o que é evidentemente pertinente nessa pesquisa.

Discutindo as conclusões através dos dados obtidos, nota-se que a pesquisa realizada foi importante para averiguar o comportamento dos participantes enquanto associação de agricultores familiares, uma vez que os resultados desse trabalho refletiram em alguns aspectos na adoção sobre princípios de economia solidária tais como: solidariedade, igualdade, autogestão, comércio justo, cooperação, democracia e respeito à natureza, na qual rege suas ações, enquanto estes organizados como um grupo de agricultores.

Conseqüentemente, percebe-se que os objetivos dessa pesquisa foram alcançados, uma vez que, foi possível identificar como acontece a comercialização dos produtos agrícolas oriundos da AFRUNOF, no âmbito da Economia Solidária. Além do mais, verificou-se a comercialização dos produtos pelos agricultores, além de quê, foi possível compreender as condições sócio econômicas dos associados, bem como, a averiguação dos aspectos democráticos desse grupo, concomitantemente evidenciados, pelos aspectos sócios culturais dos associados.

Portanto, as bases filosóficas em Economia Solidária é de fato observável no grupo estudado, uma vez que, além de comprovar que esse sistema é viável e veio para inovar, esse estudo corrobora como possível solução mundial para os problemas oriundos do capitalismo financeiro, na qual o comércio justo por meio de preços adequados, a redução nos números de desemprego por meio da autogestão, o respeito a natureza a partir de práticas ecologicamente mais eficientes que impacte minimamente os recursos naturais, além de, a democracia e o trabalho em equipe unindo pessoas em prol de um objetivo comum, tendem

consequentemente a formar uma sociedade mais justa e igualitária, distribuído as riquezas mundiais nas mãos de muitos e não na de poucos como ocorre no sistema capitalista. Compactuando, portanto, de princípios coletivos e tornando possivelmente o mundo para os filhos do homem de hoje, melhor em um futuro não tão distante.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. O.; VALENTE JÚNIOR, A. S.; BRAINER, M. S. de C. **Pluriatividade no meio rural do pólo de desenvolvimento agrícola baixo Jaguaribe (Nordeste, Brasil):** problemas e potencialidades. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO SOBRE DESARROLLO Y MÉDIO AMBIENTE, 2, 2005, Puebla/México. *Anais...* Puebla: CIDMAII, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>, acesso em 12 de dezembro de 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>, acesso em 30 e 31 de dezembro de 2016.

BASTA, D. A.; MICHELLON, E. **A diversificação rural como fator de elevação do valor bruto da produção dos municípios.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2003, Juiz de Fora. *Anais...* Juiz de Fora: Sober, 2003.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.606, de 10 de janeiro de 2002.** 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL, C. C. **História da alfabetização de adultos: De 1960 até os dias de hoje.** Licencianda do Curso de Matemática. Universidade Católica de Brasília, 2005.

CARDOSO, U. C. **Cooperativa.** Brasília: Sebrae, 2014. 62p.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas:** o Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.

CARNEIRO, W. M. A. **Pluriatividade na agricultura familiar:** o caso do Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios Cariri cearense. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COSTA, L. F. V.; GERMANO, J. W. **Anos 60: leitura e educação popular no discurso dos inquisidores.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2002.

CONAB, **Companhia Nacional de Abastecimentos,** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conab-quemSomos.php?a=11&t=1>, Acesso em 08 de fevereiro de 2017.

CRESOL. **Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Tombos**. Unidade do município de Santana do Manhuaçu, 2016.

DANTAS, T. S. **Desafios da agricultura familiar camponesa e estratégias de resistência territorial na Comunidade São Pedro de Cima**. Universidade Federal de Juiz de Fora - Instituto de Ciências Humanas - Departamento de Geociências – Monografia do Curso de Geografia. Juiz de Fora, 2011.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.3, 2001.

DIONISIO, Í. R. **Aspectos da agricultura familiar conforme o Censo Agropecuário 1995-1996: Análise comparativa entre Brasil, a Paraíba e o município de Pedras de Fogo-PB**. Universidade Federal da Paraíba/Departamento de Economia, João Pessoa, 2003. 40p.

EMPRESTIMO CONSIGNADO. **Pronaf Solicitar Crédito Rural**. Disponível em: <<http://www.emprestimosoconsignado.com/pronaf-credito-rural/>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

FÁVERO, Osmar. **Cultura popular/educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FERNANDES, Calazans. TERRA, Antônia. **40 horas de esperança – o Método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos**. São Paulo: Ática, 1994.

FLORES, M. **Assistência técnica e agricultura familiar**. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John. (org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq./Paralelo, 2002, p.347-360.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GERMANO, José Willington, COSTA, Lúcia de Fátima V da. **Nas sombras da repressão: a educação e educadores na visão dos “guardiães da ordem”**. Coimbra, 2000. (Paper apresentado no II Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, Coimbra/Portugal).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **A aposta de Luís Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Revan/Editora da UFRJ, 1999.

GÓES, Maria da Conceição Pinto de. **Cristãos e comunistas na construção da utopia: a aposta de Luís Ignácio Maranhão Filho**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ UFRJ, vol. 3. (Tese de doutorado – Documentos e relatórios da Polícia Militar)

GÓES, Moacyr de. **De Pé no Chão também se Aprende a Ler (1961-1964): uma escola democrática**, da Editora Cortez, 1991.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009a.

MACHADO, M. M. **A Trajetória Da Eja Na Década De 90, Políticas Públicas Sendo Substituídas Por "Solidariedade"**. 2005. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/a_trajetoria_da_eja.asp>. Acessado em 22/04/2017.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Revista Ensaios FEE. v. 25, n. 1 p. 299-322, 2004.

MALYSZ, P. A. CHIES, C. **A importância do Pronaf na permanência do agricultor familiar no campo**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

MCR. **Manual de Crédito Rural**, atualizado em 27/07/2015, nº 596.

MDA. **Crédito Rural Pronaf 2015 - 2016**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

MDA. **Linhas de Crédito do Pronaf**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

MDA. **Plano Safra 2015/2016, Agricultura Familiar Alimentos Saudáveis para o Brasil**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar: estratégia diferencial de distintos estilos de agricultura**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, 2007, Londrina. Anais... Londrina: Sober, 2007.

NOGUEIRA JÚNIOR, S.; BARBOSA, M. Z.; FERREIRA, C. R. R. P. T. **Tecnologia e produtividade da cotonicultura brasileira**. Agric. São Paulo, v. 49, n. 2, p. 17-29, 2002.
NUNES, S. P. **O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar**. Boletim eletrônico: Departamento de Estudos Sócio-Ecnômicos Rurais, nº 156, Fev/2007.

PADILHA, J. B. J.; MENDES, J. T. G. **Comercialização de produtos agrícolas**. Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2006.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PORTAL ATIVIDADE RURAL. **Manual de Crédito Rural (MCR)**. Disponível em: <<http://atividaderural.com.br/artigos/5029a0a07fc48.pdf>>, acesso em 12 de fevereiro de 2017.

RIBEIRO, E. M. et al. **Uma estimativa preliminar das receitas monetárias e não-monetárias de agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha**. In: Congresso da sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44, 2006, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Sober, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, O. V. **Custos de implantação do melhoramento de pastagens naturais**. In: CORDOVA, U. de A. et al. Melhoramento e manejo de pastagens naturais no planalto catarinense. Florianópolis: Epagri, 2004.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 16, p. 164-84, abr. 2001.

SILVA, C. SIMIONI, F. J. TALAMINI, E. **Fatores determinantes da renda de famílias rurais do município de Paineira – SC**. Teoria e Evidência Econômica, Ano 15, n. 32, p. 35-54, 2009.

SINGER, P. **A construção da economia solidária como alternativa ao capitalismo**. Secretaria Nacional de Economia Solidária, Brasília, 2012.

TORRES, C. A.; GUTIÉRREZ, F.; ROMÃO, J. E.; GADOTTI, M.; GARCIA, W. E. **Reinventando Paulo Freire no século 21 / apresentação Jason Mafra**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio**. Diário de Votuporanga, Ano 50, nº 12.769, 09 de Outubro de 2003, p. 02. Disponível em: <www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm> - Acesso em 30 de maio de 2007.

VIEIRA, L. F. **Agricultura e agroindústria familiar**. Revista de Política Agrícola, Brasília, v. VII, n. 1, p.11-23, 1998.

WESZ JUNIOR, V.J.; NIEDERLE, P.A. **Agroindustrialização e agricultura familiar: novas dinâmicas de desenvolvimento rural na região Missões, RS**. Geo UERJ, n. 17, v. 2, p. 88-108, 2007.

WILKINSON, J. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Forense, 1996.

WILKINSON, J. **Cadeias produtivas para a agricultura familiar**. Organizações Rurais e Agroindústrias. Revista de Administração da UFLA, v. 01, n. 1, p. 34-41, 1999.

WILKINSON, J. **A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição**. In: Seminário Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina. 1, 2003, Campinas/SP. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE – CES
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS – IUEES
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE
EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO
DISCENTE: EVERALDO DE MENDONÇA JÚNIOR

Atenção: Ao responder esse questionário sócio econômico, você concorda com a divulgação desses dados para posterior estudo e publicação de maneira que o entrevistado terá o sigilo do seu nome mantido, sem a obrigatoriedade de identificação nesta pesquisa.

1. Qual o seu sexo?

(A) Feminino. (B) Masculino.

2. Qual a sua idade?

(A) Menos de 17 anos.

(B) 17 anos.

(C) 18 anos.

(D) Entre 19 e 25 anos (inclusive).

(E) Entre 26 e 33 anos (inclusive).

(F) Entre 34 e 41 anos (inclusive).

(G) Entre 42 e 49 anos (inclusive).

(H) 50 anos ou mais

3. Você participa de todas as reuniões da sua associação?

(A) Sim. (B) Não. (C) Às vezes.

4. Você é ouvido pelos outros associados, podendo se expressar e dar sua opinião?

(A) Sim. (B) Não.

5. Até quando você estudou?

(A) Não estudei.

(B) Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).

(C) Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).

(D) Ensino médio (antigo 2º grau) incompleto.

(E) Ensino médio completo.

(F) Ensino superior incompleto.

(G) Ensino superior completo.

(H) Pós-graduação.

(I) Não sei ler e nem escrever.

6. Em que você trabalhou, na maior parte da vida?

(A) Na agricultura, no campo, em fazenda;

(B) Na indústria.

(C) na pesca.

(D) No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.

(E) Funcionário público do governo federal, estadual ou municipal.

(F) Profissional liberal, professor ou técnico de nível superior.

(G) Trabalhador fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador de carros, catador de lixo etc.).

(H) Trabalha em sua casa em serviços (alfaiataria, cozinha, aulas particulares, artesanato, carpintaria, marcenaria etc).

(I) Trabalhador doméstico em casa de outras pessoas (faxineiro, cozinheiro, mordomo, motorista particular, jardineiro, vigia, acompanhante de idosos/as etc.),

(J) No lar (sem remuneração).

(K) Não trabalho.

7. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar? (Considere a renda de todos que moram na sua casa.)

(A) Até 1 salário mínimo.

(B) De 1 a 2 salários mínimos.

(C) De 2 a 5 salários mínimos.

(D) De 5 a 10 salários mínimos.

(E) De 10 a 30 salários mínimos.

(F) De 30 a 50 salários mínimos.

8. Você cursa ou já cursou a Educação de Jovens e Adultos – EJA?

(A) Sim. (B) Não.

9. A associação proporcionou facilidade nas vendas dos seus produtos por um preço justo?

(A) Sim. (B) Não.

10. Através de parcerias entre sua associação e instituições públicas como escolas, prefeituras e CONAB, você conseguiria vender seus produtos a estes sem a criação dessa associação?

(A) Sim. (B) Não.

Obrigado pela colaboração ☺